



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO IFPA 2020-2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVOS.....	6
2.1 Objetivo Geral:.....	6
2.1 Objetivos Específicos:	6
3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO.....	7
4. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO	8
5. CONTROLE DE BENS E MATERIAIS.....	8
6. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAIS E SERVIÇOS .	9
7. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO IFPA CAMPUS BREVES	10
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLS DO IFPA CAMPUS BREVES	22
10. CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um empenho inicial de sistematizar toda a demanda de gestão e educação ambiental do IFPA Campus Breves. Para o processo, deve seguir a obrigatoriedade da sustentabilidade, visando às práticas de racionalização e sustentabilidade, utilizando parâmetros para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

De acordo com o que determina a Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012-MPOG, é necessário o entendimento dos seguintes conceitos:

- I. **Logística sustentável:** processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- II. **Critério de sustentabilidade:** parâmetro utilizado para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;
- III. **Prática de sustentabilidade:** ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional, visando à inserção de critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental nas atividades da Administração Pública;
- IV. **Práticas de racionalização:** ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;
- V. **Coleta Seletiva:** coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição;
- VI. **Coletas eletivas solidárias:** coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

O Plano de Gestão de Logística Sustentável/PLS é uma ferramenta de planejamento que permite aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. O PLS-IFPA Campus Breves aqui registrado propõe que trabalhem para modificar desde a maneira como construímos nossos prédios, passando pela valorização da nossa água e de nossa energia, até a transformação dos recipientes onde depositamos nossos resíduos, dentre outros desafios,

entendendo que integrar gestão administrativa pública e gestão sustentável é aspecto de fundamental importância.

Estimular a consciência cidadã da responsabilidade social, econômica e ambiental nos servidores de nossa instituição é um grande desafio para a implantação do Plano e, ao mesmo tempo, fundamental para o seu sucesso, visando à internalização pelos servidores dos princípios aqui norteados para a consecução do desenvolvimento sustentável do IFPA Campus Breves.

O PLS terá vigência de 05 anos, com vigência entre 2020 a 2024, podendo ser revisado e ajustado anualmente.

Desta forma, o IFPA Campus Breves objetiva criar um ambiente organizacional melhor à medida que o servidor tem a percepção de a instituição está comprometida com os princípios da sustentabilidade no seu conceito mais amplo e, destarte, cumprindo o que estabelece a legislação.

Assim, apresentamos à comunidade do IFPA Campus Breves este Plano de Logística Sustentável e pedimos que todos os gestores, do Campus, bem como a comunidade em geral, contribuam para a sua implementação.

1. INTRODUÇÃO

O mundo está ameaçado por uma série considerável de danos e perdas de muitos recursos naturais, incluindo a pesca, lagos e florestas, bem como experimenta grandes reduções na biodiversidade pela ameaça de enormes mudanças climáticas em todo o globo (OSTROM, 2003). Tais impactos desencadeiam desequilíbrios que afetam direta e indiretamente o habitat de diversos indivíduos e comunidades pertencentes a inúmeros sistemas e ecossistemas do planeta. Muitos estudos tratam do assunto, e destacam que algumas ações são decorrentes das atividades humanas e estão contribuindo para o aumento das mudanças climáticas, bem como para o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa (MMA, 2007; PELLEGRINO *et al.*, 2007; EMBRAPA, 2007, MACANA, 2008).

Devido a isso, nas últimas décadas, surgiu a ideia de sustentabilidade, cujo conceito é muito amplo, englobando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, tendo como

argumento principal o auxílio às necessidades atuais dos seres humanos, sem afetar as necessidades que serão pensadas pelas gerações futuras. A proposta de aderir a um novo sistema de gestão e logística baseado em critérios de sustentabilidade consiste na assunção de responsabilidades e desenvolvimento de práticas educacionais e administrativas, projetos, programas, procedimentos e aplicação de recursos da organização direcionados para a implementação e a manutenção de ações que visem ao desenvolvimento sustentável em consenso com as finalidades institucionais.

Portanto, a Administração Pública tem um papel importante para o processo de proteção ambiental, devido à aquisição dos materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades e à prestação de serviços. Essa responsabilidade se torna efetiva com a elaboração de políticas governamentais direcionadas à preservação do meio ambiente, sem deixar de se preocupar também com sua sustentabilidade econômica e social.

Nesse sentido, no limiar da década de 90, foram efetivados, em diversas instituições, instrumentos de gestão ambiental para o controle de danos ambientais e preservação da natureza, a fim de responder com maior eficiência às atuais demandas do mercado. Muitos instrumentos criados, desenvolvidos para melhorar seu desempenho ambiental, redundaram em uma série de vantagens econômicas: redução de custos e aumento de competitividade, abertura de novos mercados e diminuição de chances de serem surpreendidos por algum tipo de ônus imprescindível e indesejável.

Adotar critérios ambientais nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública constitui-se em processo de melhoramento contínuo, que consiste em adequar os efeitos ambientais das condutas do poder público à política de preservação dos impactos negativos no meio ambiente (BARATA, KLIGERMAN e GOMEZ, 2017).

Ademais, a partir de 2010, vários regramentos do Governo Federal têm pressionado os gestores das instituições públicas a adotarem práticas de sustentabilidade econômica, principalmente quanto à redução do consumo de energia elétrica, água e telefonia.

Desta forma, o PLS do IFPA Campus Breves busca direcionar as ações e esforços a serem empreendidos no âmbito de seu funcionamento institucional e vem atender ao determinado no art. 16 do Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012, e teve como base para sua elaboração os preceitos estabelecidos na Instrução Normativa nº 10 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, de 12 de novembro de 2012, abrangendo os seguintes temas: material de consumo, energia elétrica, água, coleta seletiva, qualidade de vida no

ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal. Na mesma linha, também está embasado no disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/90 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.

O PLS foi elaborado por um Grupo de Trabalho formado por servidores que compõem Comissão de Meio Ambiente, constituído por meio da Portaria nº 172/2019. A elaboração do Plano é de fundamental valor para a institucionalização de uma cultura econômica, social e ambiental no IFPA Campus Breves, e espera-se que esta seja difundida pela comunidade administrativa e acadêmica para além dos limites do Campus.

O Plano apresenta objetivos e metas de prazos diversos, que deve ser coordenado pela Comissão local, formada por representantes das diversas categorias de servidores do Campus. Será um instrumento de planejamento que permitirá ao IFPA Campus Breves constituir procedimentos de sustentabilidade e racionalização de gastos através de um conjunto de objetivos e metas para inclusão de qualidades sustentáveis na gestão da logística da instituição, com proposta de diminuir impactos socioambientais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Estabelecer práticas de logística sustentável e racionalização de gastos no IFPA Campus Breves.

2.1 Objetivos Específicos:

- Sensibilizar e capacitar a comunidade do IFPA Campus Breves a adotar práticas de racionalização no uso de recursos naturais e bens públicos;
- Sensibilizar e promover capacitação do corpo funcional, força de trabalho e público externo, quando necessário, acerca da importância do consumo consciente, redução de custos, combate a desperdícios, economia e eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Promover a economia e maior eficiência na utilização de recursos naturais;

- Realizar diagnóstico quanto aos gastos com energia elétrica e estabelecer meta de redução de gastos e meios para alcançar tal intento;
- Realizar diagnóstico quanto aos gastos com água e esgoto e estabelecer meta de redução de gastos e meios para alcançar tal intento;
- Desenvolver ações relacionadas a compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e da sociedade como um todo.

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO

Nossa Missão, constante do PDI do IFPA, é bem clara quanto à busca de estratégias para *promover educação profissional, científica e tecnológica com base cidadã, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, colaborando com o desenvolvimento sustentável da região amazônica*. Com base nessa missão, faz-se necessário o atendimento de requisitos legais essenciais ao alcance dos objetivos institucionais a que se propõe. Por isso, faz-se essencial o conhecimento dos marcos legal relacionado à temática ambiental (Quadro 01):

Quadro 01 – Marco legal referente à Gestão Ambiental na Administração Pública.

LEGISLAÇÃO	OBJETO
Constituição Federal, Art. 225, Art. 170, IV	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
Lei 8.666/1993 – ART. 3º	Estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal.
Lei 9.795, de 27 de abril de 1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010	Altera o artigo 3º da lei 8.666/93, introduzindo o desenvolvimento sustentável nas licitações governamentais.
Lei 13.186/2015	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Decreto 2.783, de 17 de setembro de 1998	Dispõe sobre a proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio-SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Comentado [SSR1]: Atualizei de acordo com o novo PDI 2019-2023

LEGISLAÇÃO	OBJETO
Decreto 4.131, de 14 de fevereiro de 2002, alterado pelo decreto 4145, de 25 de fevereiro de 2002.	Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.
Decreto 4.281/2002	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.
Decreto 7.746/2012	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema de sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas.
Decreto 8.540/2015	Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos.
IN MPOG 01/2010	Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens como suas vinculadas.
IN MPOG 10/2012	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela Administração Pública Federal bem como suas vinculadas.
Recomendações CONAMA nº 12/2011	Indica aos órgãos e entidade do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
ISSO 2.600	Diretrizes sobre responsabilidade social

4. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

Este documento foi adaptado pela Comissão de Meio Ambiente utilizando como documento base, o PLS-IFPA para as ações estejam em consonância com a reitoria e demais Campi deste Instituto.

5. CONTROLE DE BENS E MATERIAIS

Para definir os bens e materiais passíveis de critérios de sustentabilidade, faz-se utilizar o controle realizado pelo setor de Almoxarifado e Patrimônio do IFPA Campus Breves. O produto desse controle subsidiará o monitoramento da utilização dos bens e materiais em seus diversos aspectos transversais à sustentabilidade, possibilitando a tomada de decisão das futuras aquisições e contratações dos bens e serviços.

6. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Os indicadores, metas e ações foram organizados em quadro próprio por eixo temático, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações reunidas, conforme abaixo:

- a. Ações de sensibilização e divulgação
- b. Copos descartáveis
- c. Energia Elétrica
- d. Água e esgoto
- e. Consumo de Papel
- f. Compras e contratações sustentáveis
- g. Coleta Seletiva
- h. Qualidade de vida no Ambiente de trabalho
- i. Obras e manutenção predial
- j. Vigilância e Limpeza
- k. Impressão de documentos e impressoras instaladas
- l. Telefonia

Desta forma, a planilha abaixo, com os indicadores e metas, norteará as ações da Comissão que coordenará a execução do PLS até 2024.

7. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO IFPA CAMPUS BREVES

OBJETIVO ESTRATÉGICO 01: Divulgar o Plano de Logística Sustentável.									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Número de Ações realizadas	Não possui	Unidade	Promover no mínimo quatro ações de sensibilização e divulgação sobre sustentabilidade	Humano/ Financeiro		Realizar campanhas de sensibilização para o público interno – sobre diversos temas socioambientais (campanha de consumo sustentável, separação de lixo, usa de embalagens, sacolas retornáveis, desperdício de energia elétrica, consumo de copos descartáveis, desperdício de água).	Comissão Local de Meio Ambiente	ASCOM	Anual
				Humano/ Financeiro		Criar campanhas de divulgação do PLS;	Comissão Local de Meio Ambiente	ASCOM	Contínuo
				Humano/ Financeiro		Promover a sensibilização dos setores e atores demandantes de compras e contratações quanto aos critérios ambientais e sociais de sustentabilidade; quanto aos critérios ambientais e sociais de sustentabilidade;	Comissão Local de Meio Ambiente	ASCOM e Setor de Compras e Serviços	Contínuo
				Humano/ Financeiro		Afixar folhetos explicativos orientando sobre o uso racional de condicionadores de ar, sobre o desligamento e luzes das salas e corredores;	Comissão Local de Meio Ambiente	ASCOM	Contínuo
Riscos Identificados: Dificuldade da Comunidade Acadêmica.									

OBJETIVO ESTRATÉGICO 02: Manter o índice de consumo de copos descartáveis

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de Redução de consumo de copos descartáveis %	Consumo total do ano corrente / Consumo total no ano anterior))*100 Consumo Total = ∑ Consumo de copo descartável	Unidade	Manter o índice de consumo de copos descartáveis em 0%	Humano/ Financeiro		Dar preferência para aquisição de copos produzidos com materiais que minimizem os impactos ambientais em seu descarte;	Comissão Local de Meio Ambiente e Setor de Compras e Serviços		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Orientar o corpo funcional e alunos a utilizar copos duráveis, garrafas <i>squeeze</i> , canecas ou xícaras não descartáveis.	Comissão Local de Meio Ambiente		Contínuo
Riscos Identificados: Falta de opções no mercado de materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade.									

OBJETIVO ESTRATÉGICO 03: Gerir de forma eficiente energia elétrica									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de racionalização de gastos com energia elétrica	Gasto Total/Gasto Total no ano anterior))*100 Gasto Total = $\sum$ despesas em reais (R\$) com energia elétrica	Unidade	Reduzir o gasto total em 10% até 2024	Humano/ Financeiro		Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo;	Comissão Local de Meio Ambiente		Até 2021
				Financeiro		Controlar e monitorar o consumo de energia por kWh e centro de custo;	Setor de Controle e Gestão Ambiental		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Adequar projetos de reforma ou construção aos padrões exigidos para obtenção de Selo Procel Edifica;	Setor de Controle e Gestão Ambiental		Até 2024
				Humano		Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho: ventilação, iluminação natural;	Setor de Controle e		Até 2021

OBJETIVO ESTRATÉGICO 03: Gerir de forma eficiente energia elétrica									
							Gestão Ambiental		
				Humano		Configurar os computadores e o ar-condicionado no modo econômico;	Setor de Tecnologia da Informação		Até 2021
				Financeiro		Optar pela aquisição de produtos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, da classe “A”.	Setor de Compras e serviços		Até 2024
				Financeiro		Implementar sistemas de geração de energia utilizando recursos renováveis.	Direção Geral		Até 2024
Riscos Identificados: Falta de recursos financeiros para implementação das mudanças necessárias nas instalações elétricas.									

OBJETIVO ESTRATÉGICO 04: Reduzir o consumo de água e geração de efluentes									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de racionalização de consumo de água	$(\text{Total de Litros} / \text{Total de litros ano anterior}) * 100$	Unidade	Reduzir em 10 % o consumo de água até 2023	Humano/ Financeiro		Acompanhar detalhadamente o sistema de monitoramento do consumo de água para identificar, de forma tempestiva, a ocorrência de vazamentos em instalações hidráulicas;	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Comissão Local de Meio Ambiente	Contínuo
				Humano/ Financeiro		Analisar a viabilidade do aproveitamento da água de chuva em cisternas	Comissão Local de Meio Ambiente		Até 2022
				Humano		Criar um banco de dados com contatos de destinação adequada dos efluentes gerados pelos laboratórios da Instituição;	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Comissão Local de Meio Ambiente	Até 2021
				Humano/ Financeiro		Elaborar estudo sobre sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados;	Comissão Local de Meio Ambiente		Até 2023

				Financeiro		Substituir torneiras mais eficientes (ex.: torneiras com sensores ou automáticas);	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Setor de Compras e serviços	Até 2024
				Financeiro		Adquirir e instalar equipamento que quantifica a saída de água dos poços para consumo;	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Comissão Local de Meio Ambiente	Até 2021
				Financeiro		Substituir descargas utilizando sistemas mais eficientes, como: descarga a vácuo;	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Setor de Compras e serviços	Até 2023
				Financeiro		Realizar a manutenção permanente dos equipamentos necessários para evitar o desperdício de água, como: bomba, encanção, torneiras, entre outros;	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Comissão Local de Meio Ambiente	Contínuo
Riscos Identificados: Falta de recursos financeiros para implementações das mudanças necessárias nas instalações hidráulica.									

OBJETIVO ESTRATÉGICO 05: Promover o uso eficiente de papel									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de racionalização de consumo do papel (resmas)	$\left(\frac{\text{Consumo total do ano corrente}}{\text{Consumo total no ano anterior}} \right) * 100$ Consumo Total = $\sum$ Consumo de papel reciclado e papel não reciclado	Unidade	Reduzir 30% do consumo de papel em referência ao ano de 2019 – estabilizar este	Humano		Realizar a avaliação da sistemática de distribuição de papel;	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Departamento de Ensino	Mensal
				Humano		Priorizar o uso de mídias eletrônicas como ferramentas de comunicação;	ASCOM		Contínuo
				Humano		Institucionalizar o uso de sistemas informatizados para a circulação e divulgação de documentos oficiais que não necessitem impressão;	Direção Geral		Contínuo

OBJETIVO ESTRATÉGICO 06: Aprimorar a gestão das aquisições e contratos para fornecimento de materiais de consumo, serviços e outros produtos alinhados aos preceitos de 3Ps da sustentabilidade.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Unidade Responsável	Unidade Parceira	Prazo
Gastos com bens de consumo adquiridos com critérios de sustentabilidade de em relação ao total		Unidade	Elevar em 50 % o patamar de aquisições de materiais de consumo adquiridos por meio de critérios de sustentabilidade de até 2023	Humano		Inserir critério de sustentabilidade em todas as aquisições e contratações.	Setor demandante	Comissão Permanent e de Licitações	Contínuo
				Humano		Incentivar a devida fiscalização dos contratos;	Setor de Contratos e Convênios		Contínuo
				Humano		Sempre que possível utilizar o sistema de registro de preço e as compras compartilhadas.	Setor de Compras e Serviços		Contínuo
Riscos Identificados: Falta de opções no mercado de materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade.									

OBJETIVO ESTRATÉGICO 07: Reduzir a geração de resíduos gerados pelo IFPA e aumentar a destinação ecologicamente correta.									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Percentual de resíduos destinados à reciclagem e/ou doados		Unidade	Aumentar em 30% a destinação dos resíduos sólidos, para reciclagem, até 2020.	Humano/ Financeiro		Monitorar, por prédio, os dados dos resíduos recicláveis encaminhados para associação e/ou cooperativa.	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Comissão de Meio Ambiente	Anualmente
				Humano/ Financeiro		Firmar parceria com associação de catadores para coleta dos resíduos.	Setor de Controle e Gestão Ambiental	Secretaria Municipal de meio Ambiente	Anualmente

Comentado [SSR2]: Inserir esse indicador pq no documento original não continha.

				Humano		Desenvolver campanha de esclarecimento acerca dos tipos de resíduos e formas corretas de descartes.	Comissão de Meio Ambiente	ASCOM	Contínuo
				Financeiro		Realizar aquisição dos materiais necessários para implementação da coleta seletiva no Campus (caixas coletoras de papel A4, contêineres, lixeiras etc.).	Setor de Compras e Serviços	Comissão de Meio Ambiente	Até 2021
				Financeiro		Confeccionar placas sinalizadoras e cartazes informativos para facilitar o descarte.	ASCOM	Comissão de Meio Ambiente	Até 2021
				Humano		Identificar, anualmente, os materiais ociosos nas repartições (permanente e de consumo) para redistribuir ou doar.	Setor de Almoxarifado e Patrimônio	Comissão de Meio Ambiente	contínuo
Riscos Identificados: Falta de engajamento da comunidade acadêmica; de espaço físico adequado à correta destinação do resíduos e de cooperativas de catadores no município.									

OBJETIVO ESTRATÉGICO 08: Melhorar a qualidade de vida, potencializando o capital humano na Instituição..

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Número total de ações em cada unidade	Não possui	Unidade	Promover no mínimo 5 (cinco) ações de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho por unidade	Humano		Realizar diagnóstico de clima organizacional;	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Até 2022
				Humano/ Financeiro		Promover atividades de integração e de qualidade de vida no local de trabalho, como: confraternizações, eventos esportivos, oficinas e palestras sobre temas diversos;	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Incentivar a realização anualmente a Semana do Servidor (com verificação das pressões arterial, circunferência abdominal, cálculo do Índice de Massa Corporal – IMC, palestras e blitz postural),	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Anual

OBJETIVO ESTRATÉGICO 08: Melhorar a qualidade de vida, potencializando o capital humano na Instituição..									
						Palestras para Educação Financeira, Programa de promoção educação alimentar e nutricional;			
				Humano/ Financeiro		Incentivar atividades físicas, convênios para academias e entretenimento, relaxamento e ginástica laboral;	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Contínuo
				Humano		Avaliar a adequabilidade quanto a ergonomia de cadeiras e monitores para computadores;	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Até 2021
				Humano/ Financeiro		Aplicar a ergonomia nos ambientes de trabalho	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Até 2023
				Financeiro		Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho;	Direção Geral		A partir de 2020
				Humano/ Financeiro		Promover cursos de capacitação;	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Contínuo
				Financeiro		Propor a disponibilidade de um espaço de descanso e convivência para os servidores e a aquisição de mobiliário confortável (ex.: pufes, mesas, cadeiras, etc.);	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		A partir de 2021
				Financeiro		Estimular a disponibilidade do acesso para pessoas com deficiência física (PDC)	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida	Departamento de Ensino	Até 2023
				Humano/ Financeiro		Promover ações que visem a prevenção, detecção precoce, tratamento de doenças, intervenção no processo de adoecimento e avaliação o estado de saúde do servidor.	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Anual

OBJETIVO ESTRATÉGICO 08: Melhorar a qualidade de vida, potencializando o capital humano na Instituição..									
				Financeiro		Criar espaços coletivos de lazer ao ar livre.	Comissão de Saúde e Qualidade de Vida		Até 2022
				Financeiro		Criação de áreas verdes arborizadas, com plantio de vegetação e conservação de paisagens nativas.	Comissão de Meio Ambiente		Até 2021
Riscos Identificados: Existência do risco de inviabilização de algumas das iniciativas.									

OBJETIVO ESTRATÉGICO 09: Gerar valor ambiental									
Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de obras e reformas com critérios de sustentabilidade	$\left(\frac{\text{Gasto Total}}{\text{Gasto Total no ano anterior}} \right) * 100$ Gasto Total = $\sum$ despesas em reais (R\$) com adequações	Unidade	Acrescentar critérios de sustentabilidade em 100% das novas obras e reformas	Humano/ Financeiro		Realizar planejamento de obras com a inserção das diretrizes de edificações sustentáveis, visando atender a resolução nº 114/2010 do CNJ e legislações relacionadas.	Departamento de Administração	Comissão de Meio Ambiente	Contínuo
				Humano/ Financeiro		Estabelecer critérios sustentáveis na contratação de serviços de obras e reformas;	Departamento de Administração	Comissão de Meio Ambiente	Contínuo
				Humano/ Financeiro		Identificar e utilizar materiais duráveis, certificados e sustentáveis, preferencialmente reciclados e de origem de recursos naturais renováveis, nas obras e reformas;	Departamento de Administração	Comissão de Meio Ambiente	Contínuo
				Humano/ Financeiro		Melhorar as rotinas de manutenção predial preventiva objetivando redução de custos na manutenção predial corretiva;	Departamento de Administração		Contínuo

OBJETIVO ESTRATÉGICO 09: Gerar valor ambiental

				Humano/ Financeiro		Reduzir o desperdício de materiais na manutenção predial, reformas e obras.	Departamento de Administração		Contínuo
--	--	--	--	-----------------------	--	---	-------------------------------	--	----------

Riscos Identificados: Gestores optarem pelo custo mais baixo e não observarem os critérios de sustentabilidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: Aumentar a eficiência na gestão dos contratos de limpeza e de vigilância.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de contratos de limpeza com critérios de sustentabilidade	(Gasto Total do ano corrente/Gasto Total no ano anterior))*100 Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza e vigilância+ material de limpeza e vigilância.		Garantir que 100% dos contratos de vigilância e conservação e limpeza sejam instruídos com critérios sustentáveis	Humano/ Financeiro		Exigir da empresa adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados ou recicláveis, reutilizados e biodegradáveis;	Departamento de Administração	Comissão de Meio Ambiente	Contínuo
				Humano/ Financeiro		Instruir novos editais de licitação, Termos de Referência e instrumentos contratuais com cláusulas sobre segurança do trabalho e sustentabilidade ambiental de acordo com normas vigentes;	Comissão Permanente de Licitações		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado.	Departamento de Administração		Contínuo

Riscos Identificados: Onerar os contratos de vigilância e limpezas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: Orientar a instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo de combustível.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de redução do Consumo de Combustível e de manutenção de veículos institucionais (litros)	$\left(\frac{\text{Consumo Total/Consumo Total no ano anterior}}{\text{Consumo Total}} \right) * 100$ ou Consumo Total = Σ em litros com combustíveis (álcool, gasolina e diesel)	Porcentual	Reduzir em 10 % o consumo de combustível e de manutenção de veículos até 2023	Humano		Otimizar a utilização da frota em serviço em demandas únicas, desde que o horário e a rota o permitam;	Setor de Almoxarifado e Patrimônio		Contínuo
				Humano		Conscientizar sobre a otimização dos meios de transporte utilizados pelos servidores, incentivando a adoção de caronas, a fim de reduzir as emissões de substâncias poluentes;	Comissão de Meio Ambiente		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Dar preferência a combustíveis de fontes renováveis;	Departamento de Administração		Contínuo
				Humano/ Financeiro		Avaliar e melhorar rotinas de manutenção preventiva nos veículos oficiais;	Departamento de Administração		Contínuo

Riscos Identificados: a) resistência à mudança; b) falta de envolvimento e compromisso.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: Promover o uso eficiente de cartuchos e tóneres usados em impressão e serviço de cópias.

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceira	Prazo
Índice de redução de gastos com suprimentos de impressão (%)	$\left(\frac{\text{Gasto Total do ano corrente/Gasto Total do ano anterior}}{\text{Gasto Total}} \right) * 100$ Gasto Total = Σ despesas em	Unidade	Reduzir em 15 % o gasto anual do IFPA com suprimento de impressão em	Financeiro		Programar manutenção ou substituição das impressoras, em razão de eficiência;	Departamento de Administração		Contínuo
				Humano		Incentivar o uso do modo de impressão rascunho quando aplicável;	Setor de Controle e	Comissão de Meio Ambiente	Contínuo

	reais (R\$) com suprimentos de impressora		todas as unidades.				Gestão Ambiental		
				Humano/ Financeiro		Implantar ferramentas de gerenciamento de impressão;	Departamento de Administração		Até 2021
				Humano		Dar preferência à utilização de impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta e tônner, como: “Ecofont e Futura Light”.	Todos os Setores		Contínuo
Riscos Identificados: Falta de recursos financeiros para substituição de equipamentos e impressoras.									

OB JETIVO ESTRATÉGICO 13: Reduzir os gastos anuais com telefonia fixa e móvel

Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas	Recurso	Orçamento Planejado (R\$)	Estratégias	Responsável	Parceiro	Prazo
Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa e móvel	(Gasto Total do ano corrente/Gasto Total no ano anterior))*100 ou Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com telefonia fixa e móvel	Unidade	Reduzir os gastos de telefonia fixa e móvel em 10% ao ano.	Humano		Estimular o uso de meios alternativos de comunicação	Todas os Setores	ASCOM	Contínuo
				Humano		Revisar os contratos com o objetivo de reduzir os encargos, taxas e planos de minutos para telefonia fixa e móvel; licitar; contratar; acompanhar os serviços; fazer levantamento da necessidade de ligações DDD, DDI, móvel nas unidades.	Departamento de Administração		Contínuo
				Humano		Revisar limites na cota do uso de telefonia móvel.	Departamento de Administração		Contínuo
Riscos Identificados: Infraestrutura de tecnologia da informação, da velocidade da banda larga e capacidade técnica insuficiente.									

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLS DO IFPA CAMPUS BREVES

Comentado [SSR3]: Como o documento ficou muito parecido com o PLS institucional o monitoramento e avaliação será este??

O monitoramento e avaliação do PLS serão realizados com base no relatório gerado pelo Setor de Controle e Gestão Ambiental e pela Comissão de Meio Ambiente. A este caberá:

- ✓ Coletar as informações relativas aos resultados alcançados;
- ✓ Realizar visitas periódicas para verificar o cumprimento da rotina;
- ✓ Analisar a evolução da implementação das ações com base em indicadores;
- ✓ Reportar trimestralmente à CPLS os *status* de cada iniciativa, os resultados alcançados e a evolução da meta geral relativa ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade;
- ✓ Apresentar semestralmente à CPLS o relatório de monitoramento relativo ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade que contenha o status de cada iniciativa, os resultados alcançados e a evolução da meta geral, até 10 dias após o fim do período;
- ✓ Apresentar anualmente à CPLS Relatório de acompanhamento relativo ao projeto ou subprojeto sob sua responsabilidade que contenha a consolidação dos resultados alcançados e propostas de iniciativas a serem revisadas ou modificadas, em até 30 dias após o período de conclusão do período de monitoramento.

A avaliação do PLS será realizada em três etapas, conforme Quadro 02.

Quadro 02 – Avaliação do PLS

AVALIAÇÃO DO PLS		
Etapa	Ação	Descrição
1ª	Avaliação dos coordenadores das iniciativas	Aplicação de questionário a ser respondido pelos próprios coordenadores ou responsáveis pelos setores, ou responsáveis pelas iniciativas. O Questionário deve ser estruturado a partir de quatro questões básicas: 1. Qual a sua avaliação quanto à execução do projeto e de suas iniciativas? 2. O que facilitou a execução das iniciativas? Explique. 3. Quais dificuldades enfrentadas na execução das iniciativas? O que pode ser feito para superá-la?

		4. <i>Você sugere alteração no projeto, como, por exemplo, exclusão ou inclusão de iniciativa? Em caso positivo, explique e justifique.</i>
2ª	Avaliação com base de resultados esperados que deveriam ser alcançados com cada uma das iniciativas implementadas	Para verificação dos resultados alcançados deverão ser utilizados como referencial as informações prestadas pelos coordenadores das iniciativas.
3ª	Avaliação com base nos indicadores dos projetos e subprojetos.	Para essa avaliação, devem-se utilizar como referencial as metas constantes do painel de indicadores estratégicos do PLS.

A avaliação permitirá que surjam recomendações para alterar o PLS ou seus indicadores e metas, em virtude, principalmente, de este ser o primeiro plano e do fato de alguns indicadores propostos não terem parâmetros no IFPA Campus Breves. Portanto, fica estabelecido que anualmente, no segundo semestre, após a apresentação dos relatórios de execução do plano, a Comissão de Meio Ambiente se reúna para discutir possíveis ajustes no PLS.

9. PRÓXIMOS PASSOS

A seguir apresentamos as ações (Quadro 03) que devem ser realizadas, visando à implementação do PLS no IFPA Campus Breves.

Quadro 03 – Próximas ações

Ação	Responsável	Prazo
Aprovar o PLS junto à Direção Geral, com emissão de Portaria.	Direção Geral	Dezembro/2019
Apresentar o PLS no CONDIR do IFPA Campus Breves	Comissão de Meio Ambiente	Dezembro/2019
Início da implementação do PLS	Comissão de Meio Ambiente	Janeiro/2020

Comentado [SSR4]: Alteração para CONDIR

10. CONCLUSÃO

É imprescindível que modificações no comportamento e transformações de valores de um grupo passem, necessariamente, por alterações nos modelos individuais de consumo e costumes diários, gerando uma nova configuração para cumprimento de suas atividades diárias, que contribua para a sustentabilidade do desenvolvimento institucional. Sem dúvidas, é necessário que haja comprometimento de toda a comunidade acadêmica e um esforço conjunto para transformarmos o IFPA Campus Breves em uma instituição verde, com novos e importantes desafios que levarão a um estilo de vida mais sustentável. Saibamos todos nós que somos atores importantes de nosso presente e a nós cabe cuidarmos das nossas futuras gerações.

Nesse sentido, é preponderante que cada cidadão do IFPA Campus Breves contribua para atingirmos os indicadores propostos neste PLS.

REFERÊNCIAS

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C., MINAYO-GOMEZ, C. **A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica.** *Ciência. Saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.1, pp.165-170. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100019>. Acesso em 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade:** caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. Brasília, DF: MMA, 2007. (Série Biodiversidade, 26). Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/986>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Logística Sustentável 2013.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/PLS/PLS%20MMA%20-%20Versao%20Final%202021-05-13.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Parâmetros Ambientais e Qualidade de Água na Piscicultura.** Brasília, DF: Embrapa, 2000. Boletim técnico, n. 8. Disponível em: <[file:///C:/Users/llsle/Downloads/ParametrosAmbientais-QualidadeAgua%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/llsle/Downloads/ParametrosAmbientais-QualidadeAgua%20(1).pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MACANA, E.C. **Impactos potenciais da mudança climática no desenvolvimento humano.** Dissertação.2008. 241 f (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15643/000685419.pdf?sequence=1>>. Acesso em 5 jun. 2018.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2003.

PELLEGRINO, G.Q; ASSAD, E.D; MARIN, F.R. Mudanças Climáticas e a Agricultura Familiar no Brasil. **Revista Multiciência**, Campinas, n. 8, maio 2007. Disponível em: <<http://www.avesmarinhas.com.br/4%20-%20Mudan%C3%A7as%20Clim%C3%A1ticas%20Globais%20e%20a%20Agricultura%20no%20Bras.PDF>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

IFAP. **Plano de Logística Sustentável 2018-2023.** Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/index.php/component/k2/item/1116>. Acesso em: 15 jul. 2018.

IFSULDEMINAS. **Plano de Logística Sustentável 2013.** Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PLS/Documentos/planodegestaodepls.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Plano de Logística Sustentável**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/46b1ce9d9857eb583df9e11d09de3068.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2.

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal do Pará (IFPA) vem nos últimos anos desenvolvendo ações que demonstram sua responsabilidade com o meio ambiente. Nesse sentido, também vem procurando atender as legislações que tratam do tema. Podemos elencar algumas dessas ações: elaboração da Política de Meio Ambiente; elaboração do Plano Institucional de Ações Ambientais 2017/2018; elaboração do Plano de Logística Sustentável; inserção do item sobre Educação Ambiental no Plano de Desenvolvimento Institucional; e inclusão da educação ambiental transversal no currículo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Todavia, algumas ações que visam à sustentabilidade do IFPA não foram efetivadas, principalmente quanto ao preenchimento do questionário para diagnóstico dos problemas ambientais pelas unidades, devido à dificuldade de a Comissão Central encaminhar suas ações. Nesse sentido, apesar de se saber que os Campi desenvolvem muitas e variadas ações ambientais, tais como projetos de pesquisa, projetos de extensão e eventos com a temática ambiental, os resultados práticos, efetivos e consolidados dessas ações não têm chegado à Comissão de Prestação de Contas do IFPA e, portanto, o Relatório de Gestão não tem apresentado dados quantitativos e qualitativos sobre o tema, que é requisito exigido pelos órgãos de controle.

Desta forma, resta sabido que o último Plano de Ações Ambientais do IFPA não teve muitas ações implementadas e não trouxe, portanto, resultados concretos. Mas, considerando a necessidade imperiosa de tais resultados, apresentamos o Plano Institucional de Ações Ambientais (PIAA) do IFPA Campus Breves para o período de 2020-2024. Tal plano foi adaptado pelos representantes da Comissões de Meio Ambiente a partir do PIAA coordenado pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Reitoria do IFPA.

Entre os objetivos do PIAA estão: promover a ampla divulgação da Política de Meio do IFPA; desenvolver ações sistêmicas, articulando a comunidade interna para a execução da Política Institucional de Meio Ambiente; cumprir a legislação ambiental aplicável com a finalidade de proteger o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade interna; promover o diagnóstico ambiental das atividades pedagógicas e de gestão do IFPA; estimular a elaboração do Plano de Logística Sustentável dos Campi; estimular a elaboração do relatório anual de ações e metas ambientais do IFPA e o relatório anual de sustentabilidade ambiental

do IFPA; divulgar os resultados alcançados a partir da implantação da Política Institucional de Meio Ambiente.

O PIAA resume-se aos Quadros 1 e 2. No primeiro, constam os objetivos, indicadores e metas e no segundo, consta o Plano de Riscos aos Objetivos estabelecidos. Estabeleceu-se que o PIAA será revisado anualmente, procurando ajustar metas e agregar ou alterar as estratégias com o objetivo de alcançar os melhores resultados.

Cuidar do Meio Ambiente é responsabilidade de todos, por isso conclamamos servidores e discentes do IFPA para que contribuam com a implementação deste plano.

Quadro 1 – Plano Institucional de Ações Ambientais (PIAA) 2020-2024 do IFPA.

Número	Objetivos	Indicador	Metas	Estratégias	Responsável	Prazo
01	Promover a ampla divulgação da Política de Meio do IFPA no IFPA Campus Breves;	Número de ações realizadas	Divulgar a PMA à 100% da comunidade interna.	1. Apresentar a Política de Meio Ambiente à comunidade interna e externa; 2. Capacitar servidores e colaboradores sobre a PMA; 3. Publicar virtualmente a Política de Meio nos meios disponíveis; 4. Criar materiais promocionais para distribuição à comunidade interna; 5. Divulgar Política de Meio nos meios de comunicação internos e externos.	Comissão de Meio Ambiente (CMA)	Até Out/2020
02	Desenvolver ações sistêmicas, articulando a comunidade interna para a execução da Política Institucional de Meio Ambiente;	Número de ações realizadas	Cumprir pelo menos 5 ações	1. Incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental e econômica nas atividades do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica, bem como das atividades administrativas do IFPA Campus Breves; 2. Garantir percentual de recursos para fomento de ações voltadas para o meio ambiente; 4. Promover e fortalecer eventos técnico-científicos.	Todos os Setores	Contínua
03	Cumprir a legislação ambiental aplicável com a finalidade de proteger o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade interna;	Legislação ambiental cumprida	Cumprir 100% da legislação ambiental	1. Diagnosticar as ações do IFPA 2. Atualizar o dos passivos e riscos ambientais; 3. Elaborar diagnóstico dos requisitos legais aplicáveis aos passivos identificados; 4. Elaborar proposta de adequação para atendimento das leis; 5. Implementar as práticas institucionais sustentáveis, respeitando-se à legislação vigente aplicável e às normas da ética; 6. Elaborar relatório de execução das ações propostas;	CMA CMA CMA CMA Todos os Setores Todos os Setores	Até Nov/2020 Até Nov/2020 Até Jun/2021 Semestral
04		Relatório encaminhado anualmente	Identificar 100% das ações	1. Elaborar check-list para identificação das ações pedagógicas com base na legislação vigente;	CMA	

Número	Objetivos	Indicador	Metas	Estratégias	Responsável	Prazo
	Promover o ¹ diagnóstico ambiental das atividades pedagógicas e de gestão do IFPA;		ambientais das atividades pedagógicas e de gestão	2. Elaborar check-list para identificação das ações de gestão com base na legislação vigente;		08/2020
05	Redução de descartáveis, do consumo de água, energia e telefone, redução de papel.	Observar os indicadores e metas do PLS do IFPA	Observar os indicadores e metas do PLS do IFPA	Divulgar o Plano de Logística Sustentável do IFPA Campus Breves;	CMA/CL	Fev/2020
				1. Atualizar o inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;	Comissões locais/Subcomissões	Dez/2020
				2. Realizar práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;	Todos os setores	Out/2020
				3. Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;	CMA	Jan/2020
				4. Realizar ações de divulgação conscientização e capacitação;		Fev/2020
				5. Elaborar relatório de acompanhamento de ações de implementação PLS;		Jan/2021 Jan/2022 Jan/2023 Jan/2024
06	Elaborar o relatório anual de	Relatório Elaborado.	Relatório anual	1. Consolidar as ações realizadas neste Plano de Ação;	CMA	Dezembro (todos os anos)

¹ 1) o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) traz no item 14 as Políticas de Educação Ambiental.

2) Resolução nº 005/2019-CONSUP, que trata sobre PPCs, determina que todos os cursos de graduação e ensino médio integrado devem contemplar em seus currículos conteúdos sobre Educação Ambiental.

3) Resolução Nº081/2018-CONSUP, que trata da Política de Educação do Campo do IFPA, traz em seus objetivos e ações questões ecológicas.

- Resolução Nº397/2017-CONSUP trata da curricularização da extensão nos cursos de graduação;

- IN nº 04/2018-PROEN/IFPA trata do Projeto Integrador nos cursos;

- IN nº 04/2016-PROEN dispõe sobre os Projetos de Ensino;

- IN nº 05/2017-PROEN dispõe sobre o Programa de Monitoria de Ensino.

Número	Objetivos	Indicador	Metas	Estratégias	Responsável	Prazo
	ações e metas ambientais do IFPA Campus Breves.			2. Consolidar as ações previstas no Plano Anual de Metas e PLS;		Dezembro (todos os anos)
07	Divulgar os resultados alcançados a partir da implantação da Política Institucional de Meio Ambiente.	Resultados divulgados	Divulgação de 100% das ações	1. Publicar virtual das ações nos meios disponíveis; 2. Divulgar as ações nos meios de comunicação internos e externos;	CMA e ASCOM	Janeiro (todos os anos)

Quadro 2 – Plano de Gestão de Riscos do PIAA do IFPA.

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DO PIAA											
Objetivo	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Tratamento do Risco			
	Evento	Causa	Efeito	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ação de Controle	Prazo para Conclusão	Unidade Gestora do Risco
1. Promover a ampla divulgação da Política de Meio do IFPA Campus Breves.	Divulgação insuficiente.	Sobrecarga dos servidores da ASCOM.	Desconhecimento de parte da comunidade sobre as ações que o IFPA está realizando sobre a temática ambiental.	Operacional	2 - Baixa (>=10% <= 30%)	2 - Pequeno	Risco Moderado	Reduzir	Inserir um representante da ASCOM na Comissão de Meio Ambiente. Solicitar apoio da ASCOM dos Campi para a divulgação.	Out/2020	CMA

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DO PIAA											
Objetivo	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Tratamento do Risco			
	Evento	Causa	Efeito	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ação de Controle	Prazo para Conclusão	Unidade Gestora do Risco
2. Desenvolver ações sistêmicas, articulando a comunidade interna para a execução da Política Institucional de Meio Ambiente.	Não se conseguir realizar premiações e eventos.	Orçamento limitado..	Morosidade no desenvolvimento de algumas ações sistêmicas.	Financeiro/ Orçamentário	3 - Alto (>=40% <= 60%)	3 - Moderado	Risco Alto	Reduzir	Buscar parcerias com empresas para patrocinar os eventos. Realizar pequenos eventos nos Campi.	Contínuo	CMA
3. Cumprir a legislação ambiental aplicável com a finalidade de proteger o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade interna.	Morosidade dos Campi na elaboração dos diagnósticos e preenchimento de questionários.	Falta de comprometimento dos membros da comissão dos gestores com o plano.	Descumprimento da legislação ambiental pelo IFPA.	Imagem/ Reputação Operacional	2 - Baixa (>=10% <= 30%)	2 - Pequeno	Risco Moderado	Reduzir	Solicitar aos gestores que indiquem servidores que tenham disponibilidade e sejam da área ambiental para a Comissão Local de Meio Ambiente. Sensibilizar os gestores para que tenham mais compromisso com as questões ambientais.	Jun/2021	CMA/Gestores

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DO PIAA											
Objetivo	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Tratamento do Risco			
	Evento	Causa	Efeito	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ação de Controle	Prazo para Conclusão	Unidade Gestora do Risco
4. Promover o diagnóstico ambiental das atividades pedagógicas e de gestão do IFPA.	Não fornecimento de informações por parte dos gestores.	Desinteresse dos gestores pelo tema.	Diagnóstico incompleto.	Operacional	2 - Baixa (>=10% <= 30%)	3 - Moderado	Risco Alto	Reduzir	Sensibilizar os gestores a prestarem as informações. Envolvê-los no processo. Formar pequenas subcomissões nos Campi para coletar as informações de acordo com o tipo de informação.	Jun/2020	CMA
5. Redução de descartáveis, do consumo de água, energia e telefone, redução de papel; aumento de licitações com critérios de sustentabilidade.	Não ocorrerem as licitações sustentáveis.	Falta de capacitação da equipe de licitação e de conhecimento por parte dos servidores e gestores que demandam os itens para compra.	O IFPA continuar sem cumprir a legislação.	Legal/Conformidade	2 - Baixa (>=10% <= 30%)	3 - Moderado	Risco Alto	Reduzir	Capacitar a equipe de licitação e os servidores quanto às compras com critérios de sustentabilidade ambiental.	Até mar/2021	Setor de Controle e Gestão Ambiental
6. Elaborar o relatório anual de ações e metas ambientais do IFPA.	Falta de informações consistentes.	Desarticulação entre CMA e Gestores.	Relatório de Gestão do IFPA sem informações sobre o tema da sustentabilidade ambiental.	Legal/Conformidade	1 - Muito baixa (< 10%)	2 - Pequeno	Risco Baixo	Reduzir	Articulação maior entre as comissões e entre estas e os gestores com o intuito de reunir as informações.	Nov/2020	CMA

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DO PIAA											
Objetivo	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Tratamento do Risco			
	Evento	Causa	Efeito	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Ação de Controle	Prazo para Conclusão	Unidade Gestora do Risco
7. Divulgar os resultados alcançados a partir da implantação da Política Institucional de Meio Ambiente.	Não concluir os relatórios.	Falta de informações consistentes.	Comunidade sem informações sobre as ações ambientais.	Legal/Conformidade	2 - Baixa (>=10% <= 30%)	2 - Pequeno	Risco Moderado	Eliminar	Realizar mais reuniões com as CMA para obter as informações.	Contínuo	CMA